

**SOBRE O ENSINO E A REFLEXÃO DA FILOSOFIA, NO RECORTE
DE UM MUNDO CONFLITUADO ***
**ON THE TEACHING AND REFLECTION OF PHILOSOPHY, IN THE
CUTOUT OF A CONFLICTUOUS WORLD**

Cecília Pires*

Resumo

O presente artigo discute o procedimento do fazer filosófico, vinculado às análises da Filosofia Política. Os conceitos de Sponville e Luc Ferry sobre o filósofo e o político, servem de apoio para pensar a inserção da filosofia no território do cotidiano e da História. Trata-se de entender a atividade do filosofar, a partir de uma compreensão ética, situada no alargamento de uma subjetividade cidadã, com vistas a uma cultura da paz.

Palavras-chave: Política, Filosofia, Cultura da Paz.

Abstract

The present article discusses the procedure of the philosophical activity linked to analysis of Political Philosophy. The Sponville and Luc Ferry's concepts about the philosophy and the politician support the ideas of insertion of the Philosophy in the daily territory and the history territory. We are searching to understand the philosophical activity, from the ethical comprehension, placed in citizen subjectivity in order to reach the peace culture.

Key Words: Politics, Philosophy, Culture of Peace.

* Conferência pronunciada na UNIJUÍ, por ocasião do II Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, abril/2002

“O máximo de felicidade no máximo de lucidez: é o que os antigos chamavam ‘sabedoria’, que dava sentido à filosofia e à vida deles. (...) Se quisemos reatar com o ideal antigo de sabedoria, foi menos por nostalgia do que por impaciência. A vida é breve demais, preciosa demais, difícil demais, para que nos resignemos a vivê-la de qualquer jeito. E interessante demais para não nos darmos tempo de refletir a seu respeito e debatê-la. Como viver? Se a filosofia não responder a essa questão, para que a filosofia?”.

André Comte-Sponville & Luc Ferry

1. Conceituações e perspectivas

As chaves de leitura utilizadas pela Filosofia permitem reflexões construídas no espaço teórico como uma fala que busca entender o cotidiano e a história desse cotidiano, no paradigma das racionalidades ético-epistemológicas. Tais chaves de leitura buscam produzir reflexões que expressam o imaginário das contingências e necessidades entendidas pelo homo sapiens.

É evidente que tais compreensões não podem ignorar os movimentos da razão diante das inclinações da história no seu pêndulo demarcatório. Não podem ser olvidadas, neste contexto, as argumentações que indicam as contradições do momento contemporâneo, em que o grande desejo da razão autônoma moderna resultou no fracasso das relações de esperança e no preparo dos indivíduos para a guerra.

O palco atual em que se instalam vários cenários expressa a falência dos sistemas de qualquer ordem religiosa, moral, familiar, educacional, comunicativa, artística. Tudo isso indica a desagregação do já instalado, do que parecia permanente e inaugura o tempo da relatividade mais absoluta, sem referenciais e sem paradigmas a não ser os da própria subjetividade solitária. É no âmago desse teatro histórico que a Filosofia tem que desempenhar seu papel e tentar articular a sua fala, reconstruindo caminhos e repensando novas possibilidades reflexivas diante dos desafios éticos.

As contingências contemporâneas ensejam necessidades reflexivas que delimitam as questões, tanto no âmbito da ciência quanto no âmbito da filosofia, tais como:

1. a ciência, vivendo transformações básicas em seus conceitos e definições, corre o risco de ser tomada pela soberba de superar seu próprio limite e assumir uma primogenitura absoluta diante da vida;
2. a experiência dos conflitos políticos, culturais e religiosos trazendo para o acúmulo social o aumento de tensões entre povos, países e raças, momento em que se instala a barbárie nos horizontes históricos, produzem-se novos holocaustos e explicitam-se as razões do poder contra as razões da ética;
3. a crise de valores se fazendo sentir em grande intensidade, em todos os níveis, sendo um dos fatores responsáveis pelo aniquilamento da subjetividade, pelo recrudescimento da intolerância e pelo fortalecimento dos fundamentalismos de todos os tipos;
4. a vivência do trágico no mundo humano, evidenciada pelos acidentes nucleares, pelas epidemias, pelas doenças incuráveis, pela baixa qualidade de vida da população, pelo desemprego, pela fome;

5. a banalização dos processos revolucionários, onde nem sempre a razão ética se faz presente, agravando os procedimentos autoritários da razão instrumental e impedindo as possibilidades emancipatórias dos sujeitos, especialmente dos mais afetados pela situação de miserabilidade.

2. Alguns paradigmas da reflexão da filosofia Política

O que desejo fazer, na condição de professora de filosofia e interessada nas questões da Filosofia Política é indicar uma preocupação do fazer filosófico com a construção de uma subjetividade emancipada, com vistas à realização da intersubjetividade no âmbito da razão ética. E, para isso, pronuncio a felicidade como uma necessidade do fazer filosófico no caminho da construção da subjetividade.

Essas postulações buscam situar o ensino, o estudo e a reflexão filosóficas, nos parâmetros de um pensar contextualizado, acompanhando a dinâmica dos sujeitos sociais que fazem história, criam valores, produzem cultura e estabelecem trocas, que ocorrem no mundo da vida. Para pensarmos num ensino criterioso, cujo saber filosófico postule condições de logicidade crítica, há que nos envolvermos com as coisas da cidade – e de uma cidade feliz – tendo a alegria como ingrediente necessário para a convivialidade cidadã. A convivialidade pode ser pensada nos interlúdios de um pensar filosófico, nos limites e possibilidades que demarcam o pensar e o agir do homem, este sujeito finito, que se sabe limitado diante dos desafios, que ele mesmo se põe, e, ao mesmo tempo, é capaz de criar no seu espírito investigativo várias alternativas diante dos problemas da vida, de tal forma que chegou até aqui como o homo sapiens, aquele que, na cadeia evolutiva, conseguiu realizar a autopoiesis.

E o que tudo isto tem a ver com o nosso tema, ensino e reflexão filosóficas no mundo conflituado?

Na medida em que tudo está ligado a tudo no nosso procedimento dialético, temos que saber que a filosofia, no seu fazer próprio, é uma atividade da racionalidade e peculiar, portanto, no seu envolvimento com as questões dos humanos. A natureza, a cultura, a norma social, o estado pactuado, a religiosidade, a ciência, a crença, a solidariedade, a violência, a paz, a alegria, a dor, a política, a felicidade, o medo, a morte e a vida são as questões humanas, criadas, vividas, pensadas pelos humanos e tudo isso está no horizonte do pensar filosófico. Nada disso é estranho à filosofia e sobre cada uma dessas questões ela tem um pronunciamento, uma fala, uma logicidade, um argumento, uma afirmação e uma negação.

Então, ensinar filosofia, hoje, requer uma articulação de sentido e de significações várias, além da simples repetição monocórdia do que pensaram os filósofos ao longo dos séculos. Fazer história da filosofia é elencar o próprio fazer filosófico dos sujeitos que, reconhecidamente, contribuíram com suas reflexões para o enfrentamento do cotidiano do seu tempo. Platão teve problemas com o tirano de Siracusa. Diógenes pede a Alexandre, o Grande, que não lhe tire o sol. Giordano Bruno tem sua ciência silenciada pela fogueira dos que se entendiam juízes do mundo. Gramsci é vitimado na prisão de Mussolini, para que seu cérebro parasse de pensar. E todos nós ainda agora olhamos os cenários contemporâneos e ficamos perplexos com o espetáculo produzido pela razão humana. Sim, porque tudo o que estamos experimentando, em todos os níveis e em todos os lugares, não nos deixa dúvidas que são ações do chamado animal racional. Ainda que possamos discutir os motivos que movem os sujeitos, não podemos ignorar que eles são portadores da racionalidade que os distingue da pura condição animal.

3. Os protagonistas dos argumentos

No limite desse alinhamento de idéias, sirvo-me do argumento de dois filósofos franceses contemporâneos, André Comte-Sponville e Luc Ferry, no livro “A Sabedoria dos Modernos” (1999), onde ambos debatem dez questões filosóficas que entendem como significativas para a Filosofia Contemporânea, as quais iniciam com as discussões do materialismo e do humanismo, passando pelos problemas da neurobiologia e da religião, até a questão sobre os embates da filosofia com as ciências, as artes e a cultura.

Para fins da análise que me interessa, nesse momento, escolhi a terceira parte do livro, quando os autores debatem O Filósofo e o Político, estabelecendo coordenadas para compreensão da questão. Os argumentos que sustentam a análise dos autores sobre as relações entre o filósofo e o político são densos de análise e significações nos meridianos a partir dos quais eles situam suas convicções filosóficas. Luc Ferry posiciona-se como partidário de um idealismo crítico e de um humanismo não metafísico e Sponville como um materialista não-dogmático

Sponville começa por discutir a conjuntura da França, no último episódio eleitoral, criticando o sentimento de ausência que toma conta da juventude diante dos destinos de um país. “Ninguém mais acredita na grande noite de mudança. Não esperamos mais que simples madrugadas. Aí estamos. É hora de lucidez e de coragem”. (445) Toma conta dele um certo pessimismo, quando admite que votou mais por fidelidade a um princípio de luta do que por adesão a programa partidário.

Da perspectiva filosófica, é importante ter presente que a verdade não se alinha em posições ideológicas. Ele entende que a política não enfrenta saberes e ignorâncias, mas “opõe interesses, valores, opções”. (446). Por essa razão, a verdade não é objeto eleitoral, não está aí para ser votada. Nesse sentido, a abordagem filosófica da política é extremamente difícil, se pensarmos que não há uma verdade política, nem um comportamento político que seja o melhor. Quando fazemos escolhas políticas não é porque pensemos que escolhemos competências, antes escolhemos alguém que acreditamos que irá dirigir o país de acordo com nossos interesses e opiniões. Dessa forma, a nossa escolha não está na virtude do sujeito, mas no que pensamos possa ser útil para a governabilidade que queremos. A moral se estende no sentido dos indivíduos e a política, segundo Sponville, busca a interferência nos grupos e nas demais experiências coletivas. E continua: enquanto, a moral estabelece fins, a política se ocupa com meios, enquanto a moral tende a se afirmar universalmente, a política se ratifica na particularidade. Luc Ferry irá fazer um contraponto à análise de Sponville e decidir que temos que nos recuperar do desencanto com a política e pensarmos nas condições do reencanto.

Luc Ferry por sua vez circunscreve sua análise discutindo a legitimidade que é conferida a quem participou do maio de 68 e a suspeita que ameaça os que preferiram ver o acontecimento do lado de fora das barricadas do quartier-latin. Ele assume que fala de um lugar social e histórico, que o deixou na sua juventude distante do que se entendia por engajamento, dado que optou por tratar filosoficamente a questão da verdade, longe das palavras de ordem e dos centralismos partidários, nos quais não via rigor. E hoje constata que o ritual montado não resolveu o problema das indigências sociais e permanecem velhos vícios que corroboram para manter artificialismos como dissenso no povo, enquanto a elite se afirma no pensamento único.

3.1. Sponville indica três crises atuais que preocupam as sinificações da filosofia com a política. Ele chama crise econômica, crise ideológica e crise moral.

a) **A crise econômica** ele entende como a mais espetacular de todas. Ele analisa a sensação de fracasso ou de impotência que sentem os governos, diante da situação do desemprego, por exemplo. E afirma: “Nossos governantes, submetidos que são às injunções da globalização e dos mercados, viram sua margem de manobra reduzir-se perigosamente.”(450)

Uma espécie de pessimismo fáctico aparece na reflexão de Sponville. E ele se interroga:

“Que fazer, quando só se dirige um país, e olhe lá, quando todos os problemas são mundiais? Como acreditar na política, quando ela parece não ter mais efeito, ou tê-lo cada vez menos, sobre nossa vida cotidiana? (450)

E, vejam, ele está falando a partir do seu lugar, que é a França, país que aprendemos como um dos desenvolvidos econômica e culturalmente.

b) **A crise ideológica** torna o nosso autor mais cáustico, pois aí ele sublinha um sentimento de perda da utopia, especialmente da esquerda diante do capitalismo. Não há, segundo seu entendimento, uma proposta alternativa de modelo, pois, ainda que a contragosto, o modelo que existe é o capitalismo.

Interroga-se o filósofo:

“Vista da França, com a história que é a nossa, uma esquerda gestinária e convertida ao capitalismo não é mais exatamente uma esquerda, ou é uma esquerda com desconto. Para que um partido de mudança quando ninguém quer, ou não pode, mudar o essencial?” (451).

Esta dimensão da crise leva-o a postular o sem sentido do alinhamento ideológico, uma vez que os próprios opositores não registram mais as diferenças, tornando-as secundárias. A unicidade do real se fez pensamento único, provoca Sponville, perguntando “Para que ser conservador quando não há mais revolucionários?”. Seu raciocínio segue o caminho da denúncia dos pactos que se formalizam entre indivíduos, sem uma visão maior, onde se envolvem projetos e programas. E acrescenta: “Cada vez mais alternâncias, cada vez menos alternativas. Como, portanto, apaixonar-se pela política?” (452).

c) **A crise moral**, associada às outras duas, deixou o cenário atual sem referenciais. A avalanche de escândalos e corrupções produziu um recuo do coletivo e Sponville lembra de Kant, que cita o “caro eu”. Este “eu” volta a ser a referência. Cada um cuida das suas questões. “Que a política não se reduz à moral, já lembrei ao começar. Mas isso não significa que esteja acima dela nem que possa dispensá-la” (452).

E, então, os referenciais devem estar assegurados como princípios necessários para a convivialidade. Não há que ser tolerante com os corruptos, ainda que sejam governantes.

Sponville reivindica a efetivação do papel de cada prática.

“Não se trata de fundar a política na moral, menos ainda reduzi-la a ela. Trata-se de submeter os indivíduos, inclusive quando estão no

poder, a um certo número de exigências legais e morais sem os quais toda democracia vai por água abaixo". (452-3)

Sponville entende possível alguns resgates como a produção do consenso, condição que sustenta a necessidade democrática. Afirmo aqui que o consenso pensado está longe do projeto habermasiano do agir comunicativo. Trata-se de enfrentar as oposições, entender o dissenso, explicitar as divergências, como parte de uma organização que efetive a solidariedade. Acredita o autor que tanto a moral quanto a filosofia podem motivar o fazer político, mas não podem assumir a tarefa própria da política. É importante pensar não no filósofo rei, mas no filósofo cidadão.

E reitera: "Um filósofo cidadão não é conselheiro do príncipe. É alguém que ajuda os cidadãos, ou o maior número deles, a se tornar filósofos". (461) É a forma de indicar o procedimento de uma razão crítica, não apenas nas instâncias da episteme, mas no movimento da práxis efetiva.

3.2. Luc Ferry, no debate com Sponville, dedica sua análise a inventariar três motivos do desencanto com a política, segundo seu olhar filosófico. Identifica a tecnicização, a secularização e a insustentável pressão do futuro como os motivos referidos.

a) **A tecnicização**, analisada por Luc Ferry funda-se no argumento de Heidegger sobre a técnica, quando este reflete sobre o iluminismo, produtor de uma "ideologia otimista, segundo a qual a dominação do mundo – natural e social – pelos seres humanos deve lhes proporcionar ao mesmo tempo felicidade e liberdade" (466). O comentário que se segue às análises de Heidegger é que os novos poderes conferidos ao homem pela ciência irão dar conta de todos os obscurantismos até então vividos podendo então o sujeito estar apto para "construir uma sociedade justa e livre" (466). Luc Ferry concorda com a análise que Heidegger faz sobre o mundo da técnica, embora faça críticas às consequências que dali foram tiradas. E entende que tanto os filósofos do iluminismo, quanto os enciclopedistas que quiseram libertar o homem dos seus obscurantismos tiveram um excelente ideário para pensarem na felicidade e na liberdade do homem. Só a partir disso é possível pensar numa "sociedade justa e livre". (466). A objeção de Luc Ferry é que isso foi bom até o século XVIII.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas o que seria meio de emancipação tornou-se fim e então refere que

"A ciência se torna tecnociência, submetida a objetivos industriais incontroláveis, e toda essa força formidável é, por assim dizer "desfinalizada". A tal ponto que, neste fim de século XX ninguém mais está absolutamente certo de que a liberdade e a felicidade se apresentem no termo do processo" (466).

Contrariando o otimismo do mundo das luzes, o que se fez foi o processo da dominação como um marco cínico da manutenção do poder pelo poder, no olhar metuculoso e crítico de Luc Ferry, leitor de Heidegger. Acredita Luc Ferry que esta realidade é perfeitamente visível, especialmente na França, no período Mitterrand, quando desaparecem as utopias e os fins se diluem nos meios.

b) **A secularização** é a ruptura de elos com os referenciais religiosos e para Luc Ferry isso se deu no próprio ideário dos direitos humanos. Essa ruptura com as fontes religiosas do direito determina que os homens doravante estabelecerão as próprias leis, sem lei advinda ou da natureza ou da divindade. Com esse ideário surge o "advento da laicidade".

Refere:

“Eles [os direitos humanos] fundam, no sentido próprio, o humanismo político, encarnam a fundação dos valores da vida comum no e sobre o ser humano” (467).

Com esse fato, continua analisando Ferry, apresenta-se o Estado como uma instância neutra e o indivíduo com toda possibilidade de expressar sua opinião, deliberar sobre seus atos, dimensionar suas escolhas de acordo com seus interesses privados de busca de felicidade. Decorre daí o não-lugar de uma ideologia estatal oficial, o público perdeu o sentido e o nível do coletivo desaparece do senso comum. A sociedade civil se instaura de forma individual.

E Luc Ferry declara:

“As sociedades religiosas, mas também as sociedades totalitárias, foram e continuam sendo repletas, repletas demais, de sentido. É por aí, inclusive, que elas libertam os indivíduos de toda tutela ideológica” (468).

Aparece uma certa perplexidade na reflexão do autor, ao mostrar uma espécie de conseqüência lógica deste momento social: o que fazer de uma política que se tornou privatista, que sentido pode ser encontrado nesse comportamento da sociedade civil?! O estado se desincumbe do seu papel e a percepção individual substitui a ideologia oficial. “É esse por assim dizer, o preço da liberdade”. (468).

c) **A insustentável pressão do futuro.** Há uma temporalidade política. Enquanto as sociedades tradicionais se orientam em direção ao passado,

“a política moderna se define, inteiramente, a partir das idéias de ‘projeto’ e ‘programa’. É no futuro que agora se situa a ação dos povos que pretendem pela primeira vez sem dúvida, <fazer sua história>, e fazê-la unicamente por obra de sua vontade”. (468)

Este terceiro motivo do desencanto com a política aparece na análise de Luc Ferry como a diferença do passado e do presente, ou seja, as sociedades tradicionais se envolvem com o passado, de forma reiterativa, enquanto que a política nos tempos atuais se insere nos alinhamentos de programas e projetos a serem desenvolvidos, de modo sistemático. Tudo isso indica a perspectiva da temporalidade, que condiciona o sujeito moderno a se envolver com mudanças estruturais e históricas, como resultantes de sua vontade.

Afirma Luc Ferry com certa ironia:

“A política moderna fica amarrada assim à noção de ideal, à noção de esperança, à convicção de que é possível, se não necessário, transformar este mundo ainda imperfeito em nome de um futuro melhor, se não radioso”. (468)

Vive-se, hoje, segundo o autor no paradoxo do que se conquistou. Estamos na orfandade das respostas últimas, uma vez que rompemos com ideologias e religiões, fruto da postura laica, e temos obrigação de encontrar sentido para nossas ações políticas. O desencanto brota na mesma intensidade da pergunta pela esperança.

Como bom filósofo, Ferry não se dilui somente na amargura e propõe condi-

ções para o reencanto com a política. A primeira delas é que a esfera pública volte a se envolver com a dimensão coletiva da esfera privada, de modo a não se desinteressar dos problemas da sociedade civil. A segunda é que se estabeleçam os limites que separam o público do privado e que a soberania do cidadão se concretize de forma a saber entender os deslocamentos desses limites, mesmo dentro da lógica do estado liberal. Sintetiza o autor que é na articulação dessas duas esferas, e não na retomada de utopias superlativas, que poderá dar-se a redescoberta de projetos.

4. Qual ensino? Qual Filosofia?

Hoje, ao pensarmos o saber filosófico o pensamos no seu movimento de envolvimento com o real, não para dar conta de uma cobrança social que busca saber a identidade e legitimidade de tudo, mas para sublinhar o caráter crítico-teórico-prático da filosofia. Assim, as dimensões nas quais o saber filosófico se expressa não são apenas ontológicas, históricas, críticas, sociais e políticas. Fala-se do desejo da filosofia quanto a escolha de um método e de compreensão do real com outras áreas do saber, munida de sua intencionalidade teórico-crítica, buscando estabelecer conceitos que construam mediações com outras províncias teóricas, tais como a psicologia, a linguagem, a arte, a política, a religião, a história, as ciências e o cotidiano.

Não há nem pode haver uma questão filosófica, por excelência, que fique opaca às demais áreas do saber. O fazer filosófico é um fazer sistemático, histórico, relacional, crítico, metódico, dialético. A filosofia, entendida enquanto saber dialético, está distante dos dogmas. A tarefa filosófica se dá num contexto de liberdade, onde nem o método, nem o sistema, nem o eu pensante podem cerceá-la, sob pena de perder a genuinidade do pensar filosófico, que exige uma abertura para o real, na busca significativa de verdade construída no cotidiano e na história.

Ao propugnar pelo fazer filosófico configurado no mapeamento social e histórico dos humanos, intenciono buscar elos de ligação entre as compreensões da narrativa e a construção dos conceitos históricos. Faço isso movida pelo interesse de alicerçar elementos da Filosofia Política com categorias da Filosofia da História. Reúno, portanto, elementos para análise de forma propositiva.

É oportuno ratificar o limite das teorias, amparando-as no fato empírico e no ato intelectual. As teorias, por mais abrangentes que sejam, não conseguem explicar as complexidades da temporalidade histórica, no seu dinamismo circunstancial e no corte ampliado no horizonte do tempo. Destarte, não é possível destacar qualquer paradigma como privilegiado na interpretação da história e das ações humanas vinculadas às dinâmicas sociais.

O cotidiano, na sua singularidade, não pode ser traduzido no corpo de uma teoria, uma vez que a dinâmica interna da vida é mais ágil e mais efêmera do que a sistematização teórica produzida para entendê-lo. A História, na sua amplitude e complexidade, não pode estar circunscrita a um dado conceitual ou reduzida a uma ótica operatória decifrador dos acontecimentos. Vivemos, portanto, a tensão entre a narrativa do cotidiano e a sistematização dos fatos históricos.

As capturas dos calendários ensejam uma mediação que pode algar o devir histórico. Os calendários, as datas, as periodizações, as etapas dos processos civilizatórios, como construções de uma racionalidade "objetiva" comparecem com relevância nas interpretações culturais, na afirmação maior de uma possível linha do tempo. Sabemos todos que o tempo é criação do nosso imaginário e aparece como o efeito da nossa leitura epistemológica sobre o chamado mundo da natureza. E isso

deve ser declarado no ensino e na reflexão de uma filosofia que se deseja vinculada à vida.

As subjetividades, como dado de análise, têm um grande peso no fazer filosófico na interrogação histórica. Na contemporaneidade estamos vivendo de forma aguda a escolha pelos ângulos do sujeito, algo que ficou esquecido tanto na história coletiva de caráter revolucionário, quanto no olvido da subjetividade produziu lacunas conceituais de tamanha grandeza, que talvez seja a primeira causa da famosa crise dos paradigmas teóricos e das falências das utopias sistemáticas.

Enumeradas essas observações, partimos para tecer as relações da História e da Filosofia da História como instâncias reunificadoras de teorias. Nem história, nem filosofia, se fazem sem o recurso ao construto teórico. Esse é o nosso aprendizado secular.

A organização dos dados empíricos, analisados, aprimorados podem propor ao nosso imaginário investigativo respostas provisórias para questões permanentes. No meu entendimento, esse é o sentido da teoria. E é essa a peculiaridade da razão filosófica. E um instrumento pelo qual se pode intervir na comunidade lingüística de forma a ser compreendido. Portanto, nenhuma teoria da história, nenhuma filosofia da história, nenhum conceito da filosofia política poderão se sentir plenos no manejo de qualquer instrumento, sob pena de se estar estimulando uma atitude de arrogância científica e acadêmica. É certo que estão habilitadas para o manejo de conceitos, mas isso não significa poder absoluto sobre os fatos, sobre o que é dito deles e sobretudo na forma como eles são olhados pelos especialistas.

A propósito dessas condições limitantes dos investigadores, faz-se necessário lembrar das escolhas humanas, que testemunham as alternativas pelas quais os sujeitos optaram por encaminhar suas histórias, as histórias de seus povos e de suas nações.

Agnes Heller, em *O cotidiano e a História*, mostra que a escolha dos homens se dimensiona pelas situações concretas que eles vivem.

“As escolhas entre alternativas, juízos, atos têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados a sua imagem do mundo. E reciprocamente: sua atitude valorativa se fortalece no decorrer dos concretos atos de escolha”.
(HELLER, 1992:14).

Nessa perspectiva, a história da humanidade pode ser olhada do ponto de vista valorativo, inserido na concretude da existencialidade dos sujeitos. É possível, a partir desse enfoque, entendermos que as teorias da História fornecem expectativas de compreensão da vida humana, embora não necessariamente condicionem inserções político-ideológicas na sociedade. Quando Lênin dizia que era melhor fazer a experiência da revolução do que escrever sobre ela, estava querendo expressar seu desejo de participação concreta no fazer histórico. A sua inserção queria ser teórico-prática.

As Filosofias da História com o manancial interpretativo que apresentam também querem assumir, algumas vezes, o caráter teleológico, dizendo aos sujeitos a melhor forma de se conduzirem para serem felizes, nas suas escolhas concretas.

Essa pretensão de guia, de direcionamento das atitudes dos sujeitos dificulta a crítica e o entendimento das contradições, gerando uma espécie de saber iluminista, competente e até catequético. Quando a Filosofia se aproxima da fala religiosa, sem a instância da crítica, ela se toma dogmática, tanto quanto a ideologia. O mesmo ocorre, quando a filosofia se insere de tal forma no discurso político partidário – ela se endurece em doutrina e perde a instância da crítica.

A preocupação de uma incidência ético-crítica na hermenêutica histórica possibilita um olhar sobre horizontes e paisagens, que é mais substantivo do que uma história natural, a qual visa apenas à descrição e a classificação dos chamados seres da natureza. A chamada história humana, além da construção cronológica, que identifica algumas sociedades como pré-históricas (sem a escrita) elaborou categorias de investigação, na tentativa de ensaio e erro de precisar métodos, de adotar critérios rigorosos, o que distingue os estudos históricos das crônicas do cotidiano.

O desafio ético pode possibilitar a superação do desencanto com os fetiches e, mesmo na produção de novas utopias, subsidiar entendimentos que jamais poderão entrar na tabela da objetividade sistêmica. O sujeito da racionalidade escapa a qualquer padrão investigativo e do interior de suas paixões, desejos e frustrações sempre irá fazer escolhas concretas, independente dos modelos que buscam aprisioná-lo para entendê-lo e torná-lo traduzível como objeto de estudo.

Não estou querendo quebrar a comunidade científica que faz trocas e intercambia instrumentos de análise. Não se trata disso. Estou propondo que se caminhe para a construção da intersubjetividade, onde a historicidade do homem apareça na transparência das consciências envolvidas no projeto de emancipação. Ouvei, certa vez, na fala de um artista, que a história não se escreve no condicional.

Eu penso que isto pode ser melhor compreendido se olharmos os momentos como decisões de consciência dos sujeitos envolvidos com os projetos de governabilidade, com os processos de organização da sociedade civil e com as instâncias de poder criadas para administrar a articulação sócio-histórica da inteligência humana, que vai desde a superação do analfabetismo até as conquistas da tecnociência, nos modelos de investigação da vida.

Não podemos pensar no condicional. Se João Goulart não tivesse feito o discurso de 13 de março na Central do Brasil; se Adolfo Hitler não tivesse ingressado no Partido que o levou ao poder; se o Muro de Berlim não fosse construído; se Ghandi não falasse em praça pública desprevenido das ciladas do destino e tantos outros acontecimentos evitáveis que apresentaríamos para repensar a história, acabaríamos numa crise absoluta de nostalgia e desespero, da qual só sairíamos pelas mãos de algum profeta salvacionista, que nos promettesse o paraíso, em algum lugar do futuro.

5. Para fazer a síntese do raciocínio:

O movimento inicial do processo reflexivo inclina-se para o estabelecimento de significações com sentido e consentidas. Trata-se de verificar os entrelaçamentos entre o pensar, enquanto dinâmica do sujeito inteligente, e o agir, como decorrência da inteligência que reflete. Tais coincidências são investigadas na filosofia e nas demais áreas do saber, passando por etapas e aprimoramentos. A filosofia nasce, então, da exigência que sentiu o homem de pensar de um ponto de vista que pudesse decifrar o mundo e ser compreendido por seus iguais¹.

A Filosofia postula os fundamentos de uma abrangência possível, na perspectiva de uma universalidade realizável, envolvendo necessariamente a compreensão

da vida do homem na cidade. A educação constrói procedimentos que fazem fluir todo o instrumental teórico-epistemológico processado na filosofia. Discutir, então, ensino e reflexão da filosofia é indicar caminhos, construídos pelo conceito, onde a educação se abastece e se dinamiza. A Filosofia é, ela mesma, enquanto província do saber, o olhar da ciência dos fundamentos, da construção dos postulados, que podem ser utilizados nas demais ciências. Percorre o real da forma mais ampla possível, por isso é entendida como o saber da totalidade.

Essa característica da Filosofia não lhe dá nenhum privilégio. Antes, assoberba-a de responsabilidade, pois ela se opõe ao discurso da prepotência. Só é prepotente quem é ingênuo, a quem falta compreensão crítica. Como a Filosofia é a própria crítica, logo não se alia à prepotência, sob pena de estar experimentando a ingenuidade. Atitude filosófica e atitude crítica são equivalências da racionalidade.

Na alegoria da caverna, Platão mostra o aspecto da ingenuidade e da crítica. Aí, demonstra que os sujeitos amarrados ao mundo das sombras desconfiam dos que se libertaram das amarras e chegaram ao mundo da luz, da sabedoria. É pedagógico o procedimento da ruptura do mundo das sombras com o mundo da luz. Este é um ato pedagógico e um ato crítico. É a coincidência entre procedimentos filosóficos e educativos, no âmago de um processo de descoberta de novas realidades, de novas dimensões da história e do conhecimento.

No diálogo “A República” Platão ilustra o interesse do filósofo pelas questões da cidade, do governo, das formas de administrar. Evidencia a preocupação com o cidadão, quando reflete sobre a necessidade dos governantes entenderem de Filosofia, para entenderem a arte de governar. Associam-se compreensões teóricas e práticas.

Roland Corbisier analisa o perfil do filósofo:

“Ora, que é a Politéia senão um projeto político e pedagógico, um projeto de transformação da cidade? Platão compreendeu, ou melhor, verificou, na prática, que a realização da filosofia dependia da reforma da polis que os homens vivem e podem filosofar, quer dizer, procurar apaixonadamente a sabedoria. Platão era um político, fundamentalmente preocupado com a sorte, com o destino da cidade”. (CORBISIER, 1983:24)

Imagino que não ficaremos imunes às concepções que nos emocionam, que dirigem nossas vontades, que apelam para nossos raciocínios, porque esse é o nosso modo de gênero e espécie. É a forma como aparecemos no tempo e no espaço.

Acredito, no entanto, que podemos ser mais alegres e ousados se fugirmos das couraças absolutizantes, de qualquer matiz ideológico, político ou religioso. Ou seja: será necessário revisitar as situações vividas para aprendermos que as vinculações do sujeito com a política e a filosofia são necessidades condicionantes da vida boa e justa.

Busco, ainda, nesse tempo a presença forte dos motivos éticos, que fundamentam as razões das escolhas humanas. O lamento das experiências trágicas que vivemos, exige, além da compreensão lúcida da história vivida, registrada ou não, o entendimento da cultura com cheiro do suor dos que trazem para o tempo a subjetividade resgatada pelo desejo de emancipação. E isso pode ser estudado pela filosofia no seu procedimento criterioso de quem sabe das questões do seu tempo.

Se não quisermos mais holocaustos, temos que decidir a forma de impedi-

los, pois os aniquilamentos continuam e não apenas um ato de vontade sustará tais círculos de fogo. Que possamos escrever novas histórias, sem repetir tantos desacer- tos. É o grito filosófico pela felicidade.

Bibliografia:

COMTE-SPONVILLE, André & FERRY, Luc. **A sabedoria dos modernos**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COMTE-SPONVILLE, **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORBISIER, Roland. **Introdução à Filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Tomo I.

DUVERNOY, Jean-François. **O epicurismo e sua tradição antiga**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EPICURO. Carta a Meneceo. In MEWALDT, Johannes. **O Pensamento de Epicuro**. São Paulo: Iris, 1960.

¹ Em toda história do pensamento, verificou-se que os filósofos buscaram alguma coisa que explicasse o real, que fundamentasse a origem e o fim de tudo, que mostrasse, claramente, o princípio primeiro do mundo e do homem. Inúmeras foram as tentativas e múltiplas as respostas, que, novamente retomadas, constituíram-se em outras tantas questões. Não se pode negar, em nenhuma dessas pessoas, a atitude autêntica na busca, na elaboração da pergunta, na ânsia persistente por encontrar um ponto de partida, que pudesse ser desenvolvido para explicar os acontecimentos que o homem propicia, e, mesmo, os que estão fora do seu alcance. A tarefa do pensar filosófico presentifica-se na história, assumindo diferentes roupagens, de acordo com as circunstâncias do momento.